

A vibrant and dense crowd of people at a carnival. In the foreground, a woman is wearing a shimmering gold two-piece costume with a matching cape. The background is filled with people in various costumes, including a man in a red hat and a woman in a black top. A blue banner with a portrait is visible on the left. The overall atmosphere is festive and crowded.

mais
CARNAVAL
menos
ÓDIO

RELATÓRIO DA
COMISSÃO ESPECIAL
COM A FINALIDADE DE
ANALISAR A RELAÇÃO E
AS RESPONSABILIDADES
ENTRE O PODER PÚBLICO
MUNICIPAL E O CARNAVAL.

FICHA TÉCNICA

Comissão Especial com a finalidade de analisar a relação e as responsabilidades entre o poder público municipal e o carnaval

Vereador Tarcísio Motta (presidente)

Vereadora Verônica Costa (relatora)

Textos

Bianca Rodrigues Toledo

Danilo Firmino

Manuela Trindade Oiticica

Tomás Fernandes Nazareth Prisco Paraiso Ramos

Revisão

Tomás Fernandes Nazareth Prisco Paraiso Ramos

Abre Alas

Luiz Antônio Simas

Entrevistas

Luise Campos

Rita Fernandes

Saideira

Gregório Duvivier

Diagramação e Arte

Evlen Lauer

Fotos de Capa

Tomaz Silva - Agência Brasil - EBC

Agradecimentos

Campanha “Não é Não!

Carnaval Pela Democracia

Desliga dos Blocos

Movimento Unido dos Camelôs (Muca)

Ocupa Carnaval

Sebastiana

Impressão

Gráfica da Câmara Municipal do Rio de Janeiro

DEZEMBRO DE 2018

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO 5

MANIFESTO 6

ABRE ALAS 7

**CARNAVAL
DE RUA 11**

Entrevista
Rita Fernandes 15

Recomendações 24

**CARNAVAL
DE AVENIDA 27**

Entrevista
Luise Campos 31

Recomendações 40

SAIDEIRA 45

APRESENTAÇÃO

Qual o papel do carnaval na luta pelo direito à cidade em tempos de ascensão do ódio, da intolerância e do preconceito?

Para começar a responder a essa pergunta, elaboramos este relatório. Trata-se de um pontapé inicial, mais ou menos como sinopse de enredo ou como ensaios da confraria que logo mais será bloco.

Sem a pretensão de dar conta de todos os aspectos que envolvem a maior manifestação cultural da cidade, abordamos tópicos sobre o carnaval de rua e o das avenidas, dividindo o documento em duas partes. Em cada uma delas, há uma entrevista com opiniões pessoais de especialistas, bem como uma série de recomendações feitas à prefeitura do Rio de Janeiro. De forma introdutória, apresentamos um artigo escrito pelo pesquisador e amante do carnaval Luiz Antônio Simas. No final, encerramos com um artigo redigido pelo escritor e folião apaixonado Gregório Duvivier.

MANIFESTO

“Mais carnaval, menos ódio”

O ódio é cinzento. O carnaval é a república das cores. Ao invés de xingamento, poesia; no lugar dos estampidos, tamborins. Nosso Rio desemboca em muitos mares – qual deles vai banhar a cidade?

Nós queremos as águas de março, promessas de vida. Queremos a alma encantadora das ruas e seu tumulto de vozes. Nosso bloco é o do encontro: carnaval é aconchego. Coretos, escolas, fanfarras, colombinas, confetes. Diversidade e democracia. O Rio é feito de muitas rimas, e precisamos de todas elas.

É hora de desenrolar a bandeira, ocupar as ruas, lotar as passarelas. E varrer a intolerância num vendaval de serpentina.

Espalhem por aí: o ódio é o túmulo do samba. Façamos de cada estandarte uma trincheira contra a opressão.

ABRE ALAS

Somos
madeira
de lei que
cumpim
não rói

LUIZ ANTÔNIO
SIMAS

Em 1892, o governo do Marechal Floriano Peixoto, por iniciativa do Ministro do Interior, transferiu o Carnaval de fevereiro para junho, com o argumento de que o verão era mais propício à propagação de epidemias. A população não se fez de rogada; brincou em junho e se esbaldou em fevereiro, ignorando a ideia saneadora. Antes que a moda de dois carnavais se consolidasse, o governo recuou da proposta no ano seguinte.

Em 1912, o Barão do Rio Branco morreu no início de fevereiro e o Carnaval foi adiado para abril. Argumentou-se que a cidade estava em choque com o falecimento. Mais uma bola fora. O Barão morreu e o carioca foi às ruas bater bumbos, subvertendo o luto coletivo. O povo ainda comemorou a morte do homem com uma quadrinha galhofeira: “O Barão morreu / Teremos dois carnavá / Ai que bom ai que gostoso / Se morresse o marechá”. Registre-se que o “marechá” da morte desejada era o presidente da República, o Marechal Hermes da Fonseca.

No final da década de 1920, o Conselho Municipal da cidade sugeriu a extinção da festa. O argumento dos membros do Conselho era o de que a proibição acabaria com os distúrbios gerados pelo furdunço. O caricaturista J. Carlos, conhecedor das coisas da cidade, manifestou-se contra a proibição em uma charge que trazia uma sentença definitiva de alerta aos mandachuvas: Acabar com o Carnaval? Cuidado, conse-lheiros... Por muito menos fizeram a Revolução Francesa.

O fato é que a consolidação do Carnaval como uma festa entranhada na alma carioca é uma conquista da população. Se dependesse apenas dos poderosos, o Carnaval do Rio de Janeiro, sobretudo aquele brincado nas ruas, teria morrido faz tempo.

Ao mesmo tempo, é justo considerar que a relação aparentemente amorosa entre o Rio de Janeiro e o Carnaval quase nunca foi aceita como um destino sentimental, como certo discurso identitário e falsamente consensual de invenção do carioca quer fazer crer. O Carnaval, pelo contrário, se inscreve na história da cidade como um aguçador de tensões. Cariocas amam o Carnaval e cariocas odeiam o Carnaval.

A ideia do que deve ser a festa sintetiza a disputa entre a cidade preta, rueira, subterrânea, pecadora, e a cidade que se quis europeia, civilizada, enquadrada nos ditames da ordem e da redenção pelas luzes, pelo cifrão, pelo terno e pela cruz. A última para seus defensores deveria exterminar ou domesticar a primeira para existir. Esse embate entre o corpo em transe e o corpo em pecado estará especialmente aguçado, anotem, em 2019.

Um discurso fácil dos que detestam a folia é aquele que vincula o carnaval ao “Brasil dos vagabundos”, como se ninguém trabalhasse nos dias de Momo. O que dizer, então, dos vendedores ambulantes, funcionários dos barracões de escolas de samba, músicos, cantoras e cantores, garis, porteiros, motoristas de ônibus, trocadores, condutores de trens e metrô, cozinheiros, garçons, jornalistas, arrumadeiras e faxineiras de hotéis, costureiras de fantasias, motoristas de carros de som, etc. A festa, e aqui me perdoem por falar o óbvio, bota o feijão nas mesas da gente mais simples da aldeia.

O pano de fundo dos discursos que desqualificam o Carnaval, a meu ver, é a disputa pela rua. Não vejo como novidade. O ataque contra a rua como produtora incessante de cultura não é invenção recente. Escrevi recentemente, e insisto nisso, que o projeto civilizatório mais permanente das elites brasileiras - inscrito no tempo e no espaço - é o da criação de estratégias de controle e domesticação dos corpos.

O fim da escravidão exigiu redefinições nestas estratégias de controle e coincidiu com os projetos modernizadores que buscam estabelecer, a partir da segunda metade do século XIX, caminhos de inserção do Brasil entre os povos ditos civilizados. O controle dos corpos se articula ao projeto de desqualificação das camadas historicamente subalternizadas como inventoras incessantes de modos de vida. Produtoras de cultura, enfim.

O projeto de desqualificação das culturas da rua atuou em algumas frentes, especialmente na repressão aos elementos lúdicos e sagrados do cotidiano dos pobres - notadamente os afrodescendentes - e de tudo aquilo, enfim, que resiste ao confinamento dos corpos, criando potência de vida.

Ao longo da história, a sobrevivência potente da rua como espaço de cultura deparou-se com pelo menos três instâncias que tentaram domar e esvaziar estas potências: a repressiva, representada pelo poder público e seu aparelho de segurança pública; a moral, representada pelo imaginário da festa como espaço alienante e de depravação dos costumes; e a financeira, representada por instâncias (grandes empresas, mídia, indústria do turismo, contravenção, etc.) que encaram a festa como um espaço legitimado pela circulação de capitais, difusão de padrões de consumo, propagação de marcas e similares.

É exatamente isso que estamos vivendo hoje. O Carnaval está espremido entre o cassetete, o discurso moralista e demonizador do “homem de bem” e a mercantilização de praticamente todas as características da festa.

Lutar pelo Carnaval, discutir os rumos da festa, enfrentar o projeto domesticador, repressor, colonial, que tenta tomar o Brasil de forma contundente, está longe de ser superficial, desnecessário, alienante, ou coisa que o valha. A cidade dos poderosos é aquela que articula estratégias normatizadoras de contenção, disciplina, confinamento e morte. O Carnaval é o momento de maior tensionamento e subversão disso tudo.

Não duvidem: boa parte da história do Brasil e das lutas do povo brasileiro pode ser contada pelo Carnaval. Brincar, cantar, exercer o direito à cidade, encantar a rua, construir sociabilidades em um momento de precariedade e desencanto, é dizer que o jogo continua aberto e que estamos vivos.

Citando o imenso Capiba, um dos maiores compositores brasileiros de música de Carnaval, nunca foi tão importante mostrar – mais do que simplesmente cantar – que nós somos madeira de lei que cupim não rói.

Evoé!

CAR
NA
VAL

DE
RUA

**Vem descendo a ladeira
República brasileira
Cem anos que só me dão:
Porrada!**

(...)

**República dos viralatas
Das concordatas, do economês
República do golpe baixo
É muito escracho com a cara de vocês**

Suvaco do Cristo, 1989

ENTREVISTA

“Ninguém
tira de nós
o direito
à rua e
do nosso
carnaval!”

**RITA
FERNANDES**

Nos últimos vinte anos houve uma grande explosão de blocos de carnaval na cidade do Rio de Janeiro. Como se deu essa retomada do carnaval de rua?

A retomada do carnaval de rua, começa a se ensaiar na década de 1980 a partir do processo de redemocratização do país. Grupos de esquerda, alguns ligados ao Partido Comunista Brasileiro e que naquele momento encontravam-se engajados no processo pela reabertura política do país, que ainda respirava os ares da ditadura, buscavam ganhar espaço coletivos onde pudessem manifestar suas ideias. Locais de expressão e liberdade. Assim, em 1984, ano das Diretas Já, dois grupos distintos, mas ligados pela ação política, com amigos em comum e com o anseio cada vez maior de ocuparem as ruas, reúnem-se, cada qual em seu território, para criar seus blocos de carnaval, dando início ao movimento que se denominou posteriormente “a retomada do carnaval de rua”: o Simpatia É Quase Amor, em Ipanema, e o Barbas, em Botafogo. Inspirando, um ano depois, a fundação do Suvaco do Cristo, seguido do Bloco de Segunda e do Carmelitas em 1990. Daí para a frente, o crescimento foi permanente e exponencial, chegando ao boom no início dos anos 2000. Hoje são mais de 500 blocos na cidade, em todas as regiões geográficas.

Qual a relação do carnaval de rua com a cidade?

O carnaval é uma expressão cultural importante na cidade do Rio desde o tempo do Brasil Colônia, quando portugueses e escravos saíam às ruas para a brincadeira do entru-do que consistia em lançar, uns aos outros, água, farinha, tintas, numa brincadeira que já contrapunha os grupos sociais e apontavam, claramente, os territórios e espaços de participação de cada um. Foi assim que as grandes sociedades, no final do século XIX, ocuparam o lugar dos entrudos, trazendo ares mais aristocráticos e ditos “civilizados” para a folia, e também uma normatização regulada pelos entes públicos como atualmente. As camadas médias da sociedade brasileira e a elite começam a introduzir um jeito mais “organizado” de brincar o Carnaval, que se espalha pelas ruas do Centro, onde finca, para sempre, suas raízes. Nos períodos momescos, foram sendo construídas identidades territo-

riais e boa parte da crônica urbana do Rio pode ser contada pelos desfiles de escolas de samba, blocos de embalo e de enredo e outras manifestações carnavalescas. No carnaval contemporâneo, a cidade é ocupada por essas agremiações numa relação democrática do uso do espaço urbano, de apropriação das ruas da cidade pela cultura popular e pelo direito à cidade que se dá a cada cidadão. Pelo menos, é assim que deveria ser. Mas, sabemos que nem sempre é.

No último período houve um crescimento exponencial de manifestações de ódio e intolerância a diferença nas ruas do Rio de Janeiro. Qual o papel do carnaval de rua na luta pelo direito a cidade em tempo de ascensão do fascismo?

O papel do carnaval na luta pelo direito à cidade é primordial. O carnaval é uma manifestação agregadora, onde devem abster-se as diferenças sociais, de cor, de raça, gênero e de credo. Onde todos, naquele momento, possam ser iguais em um direito coletivo, que é o do uso da própria cidade. O carnaval traz um ambiente de força coletiva no qual as pessoas encontram seus espaços de expressão, sejam nas fantasias, nas frases dos cartazes empunhados no meio das multidões, nas letras dos sambas e marchinhas. O carnaval reforça, ao mesmo tempo, o coletivo e as liberdades individuais. Se há uma luta pela frente contra o conservadorismo, contra o fascismo, o carnaval deve tomar o papel de reverberação dos princípios da liberdade, igualdade e fraternidade. Um bom exemplo é o enredo que a Mangueira prepara para o desfile de 2019. Corajoso e oportuno, resgata os verdadeiros heróis brasileiros, para contar a História que os livros não contam e dar visibilidade aos atores dos movimentos brasileiros de libertação.

Até 2009 a prefeitura do Rio não se envolvia com o carnaval de rua. Porém, naquele ano, o então prefeito Eduardo Paes elaborou uma regulamentação específica de controle urbano, formada por um conjunto de decretos municipais e portarias, dentre as quais a principal norma é o Decreto nº32.664/2010, que especifica as regras e os procedimentos para a realiza-

ção de desfiles de blocos de carnaval de rua. Na sua opinião, quais foram as razões motivadoras dessa regulamentação? E quais foram as consequências práticas? Essa política de ordenamento urbano vem atendendo as necessidades do carnaval de rua enquanto manifestação cultural?

O envolvimento direto da prefeitura no carnaval de rua está ligado ao crescimento exponencial de blocos a partir de 2005, 2006 e, conseqüentemente, ao aumento do número de foliões, obrigando o poder público a agir como um mediador nas disputas e conflitos dos territórios da cidade e organizar melhor os serviços que lhe cabem, evitando correr o risco de perder o controle da situação. Isso, porém, não retira dos blocos, em hipótese alguma, o papel de promotores da folia. E aí está a grande equação a ser resolvida. O que cabe a cada um de nós nessa grande festa? A cidade é nossa em fevereiro, cantam os versos do samba do Simpatia de 1997. E, conceitualmente, defendo que sim. Na prática, há que se definir e dividir a tarefa entre os dois agentes – promotor e organizador – para o bem da cidade e de seus moradores. Nem todos são obrigados a gostar e desfrutar do carnaval. Mas a aturar e conviver com ele nesse período, torna-se inevitável. Cabe à prefeitura, portanto, a prestação dos serviços básicos de infraestrutura e organização. Mas isso não significa, por exemplo, impor circuitos, ou engessar os desfiles, ou restringir a aglomeração natural dos foliões, ou dizer o que os blocos têm que fazer, ou impor qualquer restrição. Aí deixa de ser carnaval, essa festa profana, transgressora que esbanja alegria e na qual a “desordem” tem de estar presente. Basta ver a definição de carnaval no dicionário Aurélio: “No mundo cristão, período de festas profanas... Consistia em festejos populares e em manifestações sincréticas..., como as festas dionisíacas... E se caracterizava pela alegria desabrigada, pela eliminação da repressão e da censura, pela liberdade de atitudes críticas e eróticas”... Sem essas premissas, não existe carnaval! E cabe a nós, promotores e protagonistas da folia, garantir que assim seja. O que não quer dizer entregarmos a cidade à própria sorte. Observe que essa mistura entre “nós” e “eles” já define um pouco esse espírito

do carnaval – a ordem e a desordem, juntas. E é fundamental que isso seja entendido pelos poderes públicos. É mais ou menos o seguinte: eles preparam o terreno, arrumam a casa e nós fazemos a festa. Cada um com a clareza e a responsabilidade do seu papel. Esse é o carnaval ideal. O carnaval que queremos, que buscamos. E quem sai ganhando é o morador da cidade e a economia que gera algo em torno de 3 bilhões de reais durante o período momesco e incentiva a economia criativa, indispensável no mundo atual. Penso que foi nesse vazio de mediação e entendimento entre as partes que a prefeitura decidiu pela regulamentação. Num primeiro momento, essa regulamentação deveria ser para controle dos fluxos dos blocos e de pessoas, e para o planejamento dos órgãos públicos no apoio ao carnaval. Para fazer esse planejamento, a prefeitura afirma que precisa cadastrar as agremiações para ter conhecimento do cenário. Mas o fato é que ninguém precisa de autorização para se manifestar publicamente. A rua é livre, desde que não seja para prática de atos violentos. Não se pode impedir a manifestação artística popular publicamente e nem pedir licença a qualquer instituição. Agora, dentro desse entendimento, que é fundamental, não custa comunicar oficialmente as autoridades dia e hora de desfile. É melhor pra todo mundo. Se formos considerar o papel do poder público dentro deste contexto de mediação, organização e planejamento dos serviços urbanos, acredito que diante de um carnaval tão grande como o que temos hoje, não tenhamos de fato outra saída. Existem blocos que querem desfilar em locais já ocupados pelos mais antigos e que mantêm um trabalho permanente. Aí, na mediação para essa ocupação, o poder público passou a atribuir o critério de antiguidade na hora da decisão. Há outros que preferem desfilar sem comunicar hora e lugar. Trazem de volta um espírito romântico da festa, e realmente não sou contra a que se faça essa opção. Acho apenas que, diante da situação atual, o romantismo se opõe aos fatos e à realidade. O que acontece é um processo conhecido, em que a manifestação vai crescendo de tal modo, que suscita disputas de todas as ordens, sejam elas territoriais, políticas ou sociais.

Além de uma política de controle urbano, desde 2009 a prefeitura do Rio organiza parcerias público-privadas para operar a produção do carnaval de rua. Ao longo dos anos, como foram estabelecidas essas parcerias público-privadas? Quais são as obrigações contratuais da empresa parceira? Quais são as contrapartidas da prefeitura? Na sua opinião essas parcerias vêm atendendo as necessidades do carnaval de rua enquanto manifestação cultural?

Não conheço os detalhes do edital criado pela prefeitura para falar sobre obrigações contratuais. Mas certamente estão definidas na licitação e acredito devam ser de conhecimento da Câmara dos Vereadores, por tratar-se de matéria municipal. Sabemos que cabia, no governo Eduardo Paes, à vencedora da licitação, a contratação de banheiros químicos, de organizadores de trânsito, a colocação de postos de saúde em locais estratégicos, limpeza das ruas (com ações específicas de coleta de material reciclado) e decoração. Em relação a esses itens, houve acentuada melhora de 2009 a 2015. Havia demandas dos blocos principalmente em relação a algum tipo de fomento às agremiações que nunca foram contempladas com o dinheiro do patrocinador oficial por meio deste edital. No governo atual, há pouco conhecimento da nossa parte em relação aos detalhes da operação de infraestrutura.

Desde 2009, os contratos firmados para operar a produção do carnaval de rua duravam apenas um ano. Contudo, o novo contrato firmado este ano com a empresa Dream Factory tem duração até 2020. Como você avalia o aumento do prazo contratual dado pela prefeitura de Marcelo Crivella a empresa Dream Factory?

Difícil falar sobre isso, exatamente pelo fato de não estarmos participarmos dessas decisões, como acontece em outras cidades como Salvador e Recife, onde existe um conselho misto de carnaval. Pode haver vários fatores, realmente não sei avaliar. Mas estamos reinvidicando, junto ao Ministério Público Estadual a criação de um Conselho de Carnaval em que possamos também participar e opinar. É que conhecemos bastante os problemas, os gargalos e as

necessidades da operação, muito pela nossa vivência. E, além disso, como parte importante da festa, queremos também ter voz nas decisões.

De que modo as políticas de ordenamento urbano da prefeitura e as parcerias público-privadas firmadas para a produção do carnaval de rua afetam a espontaneidade e a tradição dos blocos de carnaval?

Temos que separar as duas coisas quando falamos da espontaneidade do carnaval. Uma coisa é a política de ordenamento urbano. Outra são as parcerias público-privadas. Quanto ao ordenamento, a espontaneidade do carnaval e a tradição dos blocos só serão alteradas se deixarmos a prefeitura se meter na forma de fazer o carnaval, naquilo que está no campo de decisão dos blocos. Podemos dialogar para encontrar soluções que atendam tanto os interesses das agremiações e foliões, quanto os interesses da própria cidade e seus fluxos. Um exemplo é o Suvaco do Cristo, que mudou seu trajeto e horário de desfile para melhor acomodar seu público. Mas tudo tem que passar pelo diálogo, pela conversa de parte a parte, e não por imposições. Restringir o carnaval, confinar os blocos em circuitos, tentar retirar seu espírito anárquico é matar a própria tradição carnavalesca. Quanto às parcerias público-privadas, o que pode afetar a espontaneidade do carnaval é a tentativa de imposição das marcas oficiais aos blocos, e aí é outro campo de disputas, pois os blocos têm a liberdade de não aceitarem essas imposições. O patrocínio das empresas ao projeto de carnaval da prefeitura não pode ser uma apropriação de todo o carnaval de rua. Nesse ponto, ainda são necessários ajustes, pois há uma “zona cinza” no que diz respeito às propriedades de marca quando a prefeitura faz a licitação do carnaval. Por que a falta de definições claras de propriedades leva a diversas e divergentes interpretações. A prefeitura vende a rua, mas não pode vender o que está na rua. Sobre isso temos debatido muito nos nossos seminários anuais, sem ainda termos chegado a uma conclusão.

Muitos blocos tradicionais, tem encontrado dificuldades para continuar desfilando devido a falta de re-

ursos. O que o poder público pode fazer para garantir a preservação de blocos tradicionais e promover a memória do carnaval de rua?

Poderia haver linhas de fomentos para os blocos considerados tradicionais, como é o caso do Bola Preta, por exemplo, e outras agremiações importantes na história do carnaval e da cidade e que não conseguem se manter por falta de patrocínios. O Bola Preta é a maior referência carnavalesca quando o assunto é carnaval de rua. E, ano a ano, passa por muitas dificuldades para obter os recursos necessários. Então, blocos com muitos anos de carnaval deveriam merecer um olhar mais cuidadoso do poder público, pois fazem um trabalho voluntário e permanente pela cidade. Por que não existe carnaval se não tiver o músico, o ritmista, o artista, os criadores. Carnaval não se faz apenas com a contratação de banheiros químicos, de seguranças, de infraestrutura. Se os blocos não tiverem como pagar artistas e sua estrutura de desfile, simplesmente não tem carnaval. Por isso, o ideal é que o carnaval esteja contemplado dentro da secretaria de Cultura e não apenas na de Turismo, e que as duas trabalhem em conjunto. É como acontece, por exemplo, em Recife e Olinda, onde as todas as secretarias trabalham juntas e há verbas dedicadas à realização do carnaval. O Estado de Pernambuco entende a importância do carnaval para sua identidade, economia, turismo, educação. O lugar do carnaval no Rio parece ser apenas alegórico, mesmo sendo a atividade cultural de maior arrecadação e de visibilidade para a cidade e para o estado.

A repressão a blocos não oficiais e ao comércio ambulante tem crescido nos últimos anos. Quais são os motivos dessa repressão?

O caso dos blocos chamados não oficiais fere, certamente, a linha ideológica do governo atual, ultraconservadora, ligada a correntes religiosas e muito distante da folia carnavalesca. Mas antes, faço aqui uma ressalva, pois não acredito nessa classificação de blocos oficiais e não oficiais. O fato de se anunciar publicamente os desfiles refere-se ao respeito com os cidadãos, incluindo-se aí os foliões e não foliões. Temos blocos grandes, que impactam sim os bairros

por onde passam e, em alguns casos, para além deles. Não avisar sobre os desfiles e não contar com a ajuda dos órgãos públicos, achamos que seria uma irresponsabilidade. Mas não somos contra quem prefere outro caminho, e como defensores do carnaval pelo carnaval, nos colocamos ao lado de todas as reivindicações, mesmo que sigamos em outras direções.

Quais são os principais desafios para o próximo carnaval?

Acredito que teremos muitos desafios pela frente e não serão apenas no que toca o carnaval. A crescente onda de conservadorismo e de muita intolerância que se revelou recentemente no país nos coloca num estado permanente de vigília e ao mesmo tempo de solidariedade. Teremos que estar muito juntos, cuidando uns dos outros. Mas o carnaval parece que supera tudo, com seu poder de ultrapassar barreiras e limitações de todas as ordens. Ele consegue se impor a todas as restrições. Acredito que será mais do que tudo um carnaval de muitas vozes, através da brincadeira, da fantasia, da ironia e da paródia, pelas liberdades individuais, pela igualdade de direitos em todos os campos. Não tem como ser diferente. Essa é a hora em que podemos nos expressar e assim encontrar mais e mais os nossos pares. Se vierem com excessos, estaremos juntos para garantir que temos o direito à folia, à livre expressão, à manifestação do nosso pensamento e à ocupação das ruas, como garante, com todas as letras, a nossa Constituição. Ninguém tira de nós o direito à rua e ao nosso carnaval!

RECOMENDAÇÕES

“Vem, pode chegar
que a rua é nossa
mas é por direito”

Mangueira, 2018.

- Transferir da Riotur para a Secretaria Municipal de Cultura a responsabilidade sobre o carnaval;
- Criar a Subsecretaria Municipal do Carnaval, integrando sua estrutura diretamente à Secretaria Municipal de Cultura, tendo como principais funções assumir a organização do desfile das escolas de samba e do carnaval de rua, promovendo a ocupação democrática do espaço público e garantindo a correta gestão dos recursos públicos destinados às agremiações e aos blocos de rua;
- Garantir maior transparência às informações, disponibilizando no site da prefeitura, em aba específica, todos os editais, contratos e documentos relacionados com a organização do carnaval;
- Garantir em todas as áreas da cidade contempladas na organização do carnaval, de forma proporcional e democrática, o ordenamento urbano (controle de trânsito e limpeza urbana) e a infraestrutura técnica necessários (instalação e manutenção de banheiros químicos, estrutura médico-hospitalar, programação visual e decoração de logradouros) para a realização do carnaval de rua, conforme estudo prévio feito pela Subsecretaria Municipal do

Carnaval, informando com antecedência os locais escolhidos e as datas estabelecidas para o funcionamento, e considerando as características urbanas da região, o número de blocos previstos para cada área e o tamanho do público estimado;

- Investir na construção de banheiros públicos fixos nas principais vias e praças da cidade, promovendo a ocupação dos logradouros públicos para atividades de cultura e lazer, para além do período do carnaval;
- Instituir um Plano Municipal de Democratização do Carnaval, garantindo a participação ampla, direta e descentralizada da sociedade ao longo de todo o processo de elaboração e implantação;
- Criar um Conselho Municipal do Carnaval de Rua, vinculado à Subsecretaria Municipal do Carnaval, composto de forma paritária entre o poder público e representantes de blocos de carnaval, para avaliar, acompanhar e deliberar sobre a organização do Carnaval de Rua e a execução do Plano Municipal de Democratização do Carnaval;
- Preservar a espontaneidade do carnaval carioca diferenciando os blocos por estimativa de público, sendo exigido dos blocos com estimativa de público de até 1 mil pessoas, que não façam uso de carro de som, apenas a comunicação sobre o dia e a hora do desfile à Superintendência local responsável pela região que o bloco pretende desfilar, a fim de compatibilizar eventual compartilhamento de espaço com outra atividade da mesma natureza no mesmo dia e local;
- Elaborar uma política de incentivo para blocos e grupos carnavalescos tradicionais, com o objetivo de promover a memória e preservar a história do carnaval de rua do Rio de Janeiro;
- Garantir a estrutura necessária para a realização do tradicional desfile de blocos de carnaval no centro da cidade;

- Extinguir qualquer regra passível de ser interpretada como obrigatoriedade de venda em caráter de exclusividade de mercadoria ligada a determinada marca, durante o pré-carnaval, o carnaval e outros grandes eventos, ficando os vendedores ambulantes livres para a comercialização das mercadorias de sua escolha;
- Ampliar as vagas oferecidas para o edital de cadastro a fim de garantir maior número de trabalhadores atuando no comércio ambulante durante o pré-carnaval e carnaval da cidade do Rio de Janeiro;
- Extinguir a necessidade de cadastro prévio por parte de vendedores ambulantes que já possuam autorização da Prefeitura para exercer sua profissão na cidade do Rio de Janeiro ao longo do ano, sendo a sua autorização válida para atuação em grandes eventos;
- Democratizar e desburocratizar o processo de cadastramento do comércio ambulante ao longo do ano, dando preferência aos profissionais que exercem com habitualidade a atividade profissional, sendo admitido qualquer tipo de documento para a comprovação da atividade: para facilitar a verificação, parte do cadastramento deverá ser feito in loco através de um mapeamento feito pela Prefeitura dos profissionais que já atuam como vendedores ambulantes.

CAR
NA
VAL

DE

AVENIDA

**Brasil chegou a vez
De ouvir as Marias
As Mahins
Marielles
Malês**

G.R.E.S. Estação Primeira da Mangueira, 2019

ENTREVISTA

“Sambar e
batucar
são atos
revolu-
cionários”

LUISE
CAMPOS

Nos últimos anos, muitas agremiações organizaram enredos patrocinados por empresas que aproveitaram o carnaval para vender seus produtos. Contudo, no ano passado a Sapucaí foi tomada por enredos com críticas políticas contundentes. O que mudou?

Aonda dos enredos patrocinados sofreu um baque nos últimos anos de crise financeira. As próprias empresas perderam o interesse em financiar os desfiles. Isso fez com que as escolas acabassem, forçosamente, deixando seus artistas mais livres para a criação. E o momento político de retrocesso que o país vive estimulou ainda mais a criatividade. O surgimento de novos carnavalescos no cenário também foi preponderante. Vemos aí uma geração que tem um olhar crítico, com muita consciência de seu papel de artista como um interventor da realidade em que atua. Essa oxigenação, na minha opinião, pode ser um dos fatores que podem vir a estabelecer uma nova comunicação das escolas de samba com o público, já que as agremiações vêm, sistematicamente, perdendo seus pontos de contato com a população, deixando de ser suas porta-vozes. É preciso fazer essa autocrítica para pensar em formas de reinvenção do Carnaval a partir do momento de inflexão que, sem sombra de dúvidas, vivemos.

Qual a relação do Carnaval da Avenida Intendente Magalhães e da Sapucaí com a cidade?

Há uma diferença clara na compreensão desses dois espaços por parte do carioca. A Sapucaí ainda é, sem dúvidas, um símbolo da cidade que não perdeu sua força, mas temo ter perdido um pouco de sua aura para o carioca. Tanto é assim que estamos assistindo com cada vez mais frequência sua utilização para outros eventos culturais que nada tem a ver com o Carnaval. Chegamos, inclusive, a ter uma manifestação de caráter religioso, ou seja, um ato claro de tentativa de ressignificação do espaço. Tudo isso contribui para a dessacralização do espaço como um monumento da cultura popular. O mais triste é que o carioca aparentemente assiste a esse processo sem interesse em reagir, já que ele mesmo perdeu o vínculo afetivo com o lugar. Já a Intendente Magalhães é aquele espaço que se transforma num momento específico do ano. É uma das avenidas principais de passagem para quem mora na Zona

Oeste da cidade e o Carnaval ali cumpre um importante papel de descentralizar os desfiles das escolas de samba e fazer com que a cidade como um todo seja um polo carnavalesco. Sem falar que, como o acesso é gratuito para assistir aos desfiles, o cidadão acaba desenvolvendo uma relação diferente com o espaço, onde pode circular livremente, consumir produtos nas barraquinhas locais – ou seja, também é uma importante fonte de renda para quem mora no entorno. É fundamental que se perceba a importância desse Carnaval para a cidade. É algo que o poder público não pode perder de vista.

No último período houve um crescimento exponencial de manifestações de ódio e intolerância à diferença no Rio de Janeiro. Qual o papel do Carnaval das escolas de samba na luta pelo direito à cidade em tempo de ascensão do fascismo?

O papel das manifestações da cultura popular é estratégico neste sentido. Está em curso um projeto muito claro de apagamento da cultura e memória ancestrais. Trata-se de uma disputa que, na verdade, não é nada nova no Brasil (remonta desde os tempos de colônia, quando a expropriação e mercantilização do país se estabeleceu como único objetivo de uma elite que se constituiu com esse fim), mas que atualmente ganhou força política notável com o avanço das religiões neopentecostais e seu projeto de poder. Corpos livres para a brincadeira, a subversão, para outro fim que não seja a exploração pelo trabalho não são bem-vindos na lógica colonial que ainda nos move. Sambar e batucar, neste sentido, são atos revolucionários que marcam e sinalizam a existência daqueles que não pretendem se deixar matar, literal e epistemologicamente, pelos dominadores que vêm há cinco séculos trabalhando nessa empresa.

Qual o papel que o poder público deveria cumprir no Carnaval do Sambódromo? Quais são os principais desafios para democratizar o Carnaval e promover o acesso popular ao Sambódromo?

Ano após ano, assistimos a um desinteresse do público em estar na Marquês de Sapucaí para acompanhar os desfiles, especialmente do Grupo Especial. Poucos dias antes do

desfile de 2018, ainda havia ingressos disponíveis, coisa que não costuma acontecer. As vendas foram inferiores ao ano anterior, 2017. São muitos os fatores que contribuem para isso. A estrutura do Sambódromo, que não é nada atrativa e não oferece conforto aos espectadores, o acesso e a segurança no entorno, a dificultada compra dos ingressos (somente no último Carnaval foi possível realizar a compra por cartão de crédito), além de, obviamente, o valor das entradas, que é proibitivo para a maioria da população. É preciso que todos esses itens sejam revisados e que haja medidas para que o Sambódromo não seja mais um espaço de exclusão da cidade. Uma cota de ingressos populares em todos os setores – e não somente naqueles menos prestigiados, como o 1, 12 e 13, onde o desfile ainda não conta pontos – seria uma medida que poderia minimizar este problema.

Qual o papel que o poder público deveria cumprir no Carnaval da Intendente? Quais são os principais desafios para democratizar o Carnaval e promover o acesso popular à Avenida Intendente Magalhães?

○ Carnaval da Intendente Magalhães, diferentemente do Sambódromo, tem seu acesso franqueado à população. Não se paga para assistir aos desfiles e isso faz com que haja um fluxo espontâneo de foliões no local. O que é urgente é que o poder público atue oferecendo a infraestrutura necessária para que o evento aconteça. No Carnaval de 2018, somente depois de que uma empresa privada se dispôs a financiar a estrutura dos desfiles é que se teve a certeza de que aconteceriam. Ou seja, todo o trabalho de um ano das agremiações que desfilam ali ficou comprometido porque não houve interesse por parte da prefeitura em cumprir seu papel de atender aos interesses da população, oferecendo um mínimo de segurança para que uma de suas mais importantes manifestações culturais aconteça. Ainda é muito fácil vender o produto do desfile das escolas de samba quando falamos de agremiações famosas, que atraem os olhares do turista. E a Intendente Magalhães? Não se pode ficar refém da iniciativa privada. Vamos ver como essa situação se resolverá para o Carnaval 2019, já que a mesma empresa já declarou que não será mais uma das patrocinadoras da festa.

Todo ano, a prefeitura repassa verbas públicas para as ligas e para as escolas. Contudo, existe um desequilíbrio nos repasses: as escolas do grupo especial recebem um valor (R\$1 milhão) muito superior às escolas das séries A (R\$350 mil), B (R\$160 mil), C (R\$90 mil) e D (R\$35 mil). E as escolas do grupo E sequer recebem subvenção. Além disso, parte dos repasses são feitos direto para as escolas, enquanto outras é feito para as ligas. Por fim, não existem contrapartidas sociais definidas. Qual a sua visão sobre esse modelo? Essa política de incentivo vem atendendo as necessidades do Carnaval enquanto manifestação cultural?

A questão fundamental desta pergunta são as contrapartidas. Por mais que defendamos que o Estado subsidie suas manifestações culturais e invista nas escolas de samba, não vejo como produtiva uma relação em que ele funcione somente como um ente financiador. A contrapartida da subvenção não pode ser apenas a realização do desfile, mas também deveria ser a responsabilização pela preservação de sua memória, a oferta de atividades culturais à sua comunidade, ou seja, iniciativas que apontem para que o seu desfile seja consequência das relações históricas, sociais, comunitárias e culturais ali estabelecidas, não a única causa pela qual uma agremiação existe. O espetáculo não pode ser o fim em si mesmo. Os valores e modelos de repasse são diferentes de acordo com cada entidade que administra as escolas. Em todos os casos, o que é mais importante exigir é a transparência no processo. Estamos falando de, no mínimo, uma prestação de contas aberta ao público e amplamente divulgada, processo que conferiria muito mais credibilidade para o Carnaval das escolas de samba por parte da população.

Quais são as consequências do monopólio da transmissão dos desfiles?

A consequência é que o público fica refém de uma visão única do evento, que francamente privilegia um olhar sobre os desfiles voltado para o espetáculo. A emissora de televisão atende aos seus interesses comerciais e faz a transmissão que melhor atende ao seu público, o que é, de certa

forma, compreensível. No entanto, há um público que demanda por um outro modelo de transmissão. E é por isso que a TV pública precisa ser um ator nesta equação, já que o Carnaval das escolas de samba é um evento de relevância cultural, produto da invenção da criatividade do povo brasileiro. A TV Brasil vem, há três anos, transmitindo o desfile das campeãs em um modelo que vem agradando, apresentando uma proposta diferente de abordagem dos desfiles, sob um olhar mais integral das escolas de samba em toda a sua complexidade. Essa é uma pauta que não pode ser esquecida no debate para que tenhamos o Carnaval democrático que desejamos.

Quais medidas devem ser tomadas para garantir maior segurança aos profissionais (jornalistas, carnavalescos, motoristas etc.) que atuam nos desfiles?

Depois dos acidentes ocorridos em 2017 no Sambódromo, medidas de segurança básicas foram tomadas com relação à fiscalização do trabalho nos barracões, mudança de critérios para acesso à pista dos desfiles, exigência de certificações de segurança atestadas por especialistas. Chega a ser inacreditável que um evento de tal porte tenha negligenciado por tanto tempo questões de segurança tão primárias. Uma reforma da estrutura da Marquês de Sapucaí seria necessária para que houvesse uma área mais segura, fixa, para o trabalho da imprensa, por exemplo, já que a estrutura que comporta esses profissionais atualmente é improvisada. Ou seja, ainda estamos engatinhando nesse âmbito. O momento é de fazer um acompanhamento permanente do cumprimento das medidas já adotadas.

As quadras das escolas de samba muitas vezes são os melhores equipamentos culturais do bairro onde estão situadas. São locais de preservação da memória comunitária e promoção da cultura popular. Contudo, muitas se encontram em situação precária. De que forma o poder público poderia fortalecer esses espaços?

A história das escolas de samba do Rio de Janeiro é ligada fundamentalmente ao território onde são funda-

das. É o lugar que estabelece as relações de pertencimento que são a espinha dorsal das agremiações. Desta forma, as quadras das escolas de samba deveriam ser uma referência para aquela comunidade que se movimenta em torno dela. Infelizmente, o que se vê hoje é que, salvo honrosas exceções, são um equipamento mal aproveitado, que só é franqueado ao público em dias específicos de eventos e para determinadas atividades voltadas para a preparação para o Carnaval. Uma gestão pública comprometida com o bem-estar da população e que compreende que a cultura é um direito básico do cidadão enxergaria ali uma oportunidade para estimular ações que visassem a que esses equipamentos servissem à finalidade de suprir essa demanda. Cito aqui o exemplo da Portela como um modelo de sucesso que poderia servir de referência. Ali são realizadas atividades sofisticadas ligadas à música, dança e cinema, voltadas para a comunidade local. Uma oficina de audiovisual realizada pela agremiação teve como resultado um curta-metragem que foi selecionado para um festival de cinema. Além disso, os filmes produzidos foram exibidos numa escola municipal da localidade, integrando cultura e educação. Enfim, é somente um exemplo honroso do potencial que tem uma escola de samba. Já que as escolas de samba recebem verba pública, a exploração de suas quadras de forma mais criativa deveria ser uma das contrapartidas que o poder público poderia exigir, atuando como estimulador e gerenciador dessas atividades.

Qual o balanço dos oito anos de gestão do ex-prefeito Eduardo Paes no que se refere ao Carnaval do Sambódromo e da Intendente?

Eduardo Paes sempre se mostrou um aliado das escolas de samba e cumpriu todos os compromissos financeiros com elas, além de ter realizado reformas de algumas quadras e outras iniciativas. Porém, nunca houve uma proposta que visasse às mudanças no formato que o Carnaval das escolas de samba requer. É sabido que o Carnaval é uma receita importante para o campo do turismo e isso não pode ser desconsiderado, mas é preciso que as esferas governamentais da cultura se ocupem da gestão do Carnaval.

Qual o balanço dos dois anos da gestão do prefeito Crivella no que se refere ao Carnaval do Sambódromo e da Intendente?

Francamente desastrosa. No entanto, suas atitudes devem ser analisadas sob um determinado prisma. Para muitos, ele é um péssimo gestor e não tem qualificação para o cargo. Falando especificamente do nosso tema, na minha opinião, o prefeito Crivella sabe perfeitamente bem o que está fazendo. Mais do que isso: trata-se de um projeto muito bem definido, que é minar as manifestações culturais populares da cidade que administra. Desta forma, ele reforça os intentos do empreendimento colonial de apagar a história e a cultura dos povos escravizados, que inventaram na diáspora suas formas de viver e se relacionar, que tem nas escolas de samba um dos seus produtos. Ou seja, Crivella vem sendo bem-sucedido em seu objetivo.

Na sua visão, as medidas tomadas pela prefeitura nos últimos anos contribuíram para a democratização do Carnaval e a promoção do direito à cidade?

Todas as medidas que vem sendo tomadas pela atual administração do município vão na contramão de qualquer objetivo de democratização e direito à cidade. Com o Carnaval, isso vem acontecendo de forma contundente. A represão às manifestações mais espontâneas, como rodas de samba e blocos de rua, bem como o processo de desprestígio que vêm passando as escolas de samba por parte do poder público, são exemplos claros disso.

Quais são os principais desafios para o próximo Carnaval?

O desafio para o próximo Carnaval é acontecer. E acontecer, neste contexto, assume dois significados distintos. O primeiro é o factual. Realmente há uma ameaça à concretização sem sobressaltos dos desfiles das escolas de samba em 2019 por falta de apoio, verbas e condições de trabalho nos barracões. Até o dia desta entrevista, já tivemos notícia de uma manifestação formal por parte da Mocidade Independente de Padre Miguel cancelando seu ensaio de rua por causa do atraso do repasse da verba por parte de prefei-

tura e a Mangueira cancelou seus ensaios de quadra e declarou que fará cortes de pessoal pelo mesmo motivo. E, numa situação mais desesperadora, a Alegria da Zona Sul, que declarou ainda não ter carro alegórico pronto para seu desfile. Além disso, o Carnaval vem sendo ameaçado de não acontecer do ponto de vista simbólico. Precisamos urgentemente resgatar o Carnaval como discurso identitário da cidade do Rio de Janeiro. O já referido projeto de demonização das manifestações culturais em curso pela ofensiva neopentecostal, há dois anos no poder municipal e vencedora, no último pleito, das eleições majoritárias para o Estado do Rio de Janeiro e para a Presidência da República, está fazendo com que o próprio carioca já não identifique o Carnaval como algo a que se vincular. A narrativa de esvaziamento da cultura como pilar fundamental para a existência humana, que tem na narrativa da crise a base para se fortalecer e teve seu ápice no discurso do prefeito Crivella, quando apresentou ao cidadão a falsa dicotomia creche x carnaval para justificar o desinvestimento das escolas de samba por parte do poder público, tem quase que a completa adesão da população no momento histórico atual. É um discurso muito bem construído e que está gerando efeitos desastrosos.

RECOMENDAÇÕES

“O samba é bem mais
que uma luz no escuro”

Unidos de Bangu, 1983.

- Transferir da Riotur para a Secretaria Municipal de Cultura a responsabilidade sobre o carnaval;
- Criar a Subsecretaria Municipal do Carnaval, integrando sua estrutura diretamente à Secretaria Municipal de Cultura, tendo como principais funções assumir a organização do desfile das escolas de samba e do carnaval de rua, promovendo a ocupação democrática do espaço público e garantindo a correta gestão dos recursos públicos destinados às agremiações e aos blocos de rua;
- Instituir um Plano Municipal de Democratização do Carnaval, garantindo a participação ampla, direta e descentralizada da sociedade ao longo de todo o processo de elaboração e implantação;
- Criar um Conselho Municipal do Carnaval de Avenida, vinculado à Subsecretaria Municipal do Carnaval, composto de forma paritária entre o poder público e representantes de escolas de samba, para avaliar, acompanhar e deliberar sobre a organização do Carnaval de Avenida e a execução do Plano Municipal de Democratização do Carnaval;
- Recuperar o projeto original do sambódromo, fazendo do local onde hoje estão as frisas (ou de parte delas) uma área a preços populares;

- Garantir a manutenção das arquibancadas gratuitas montadas na concentração das escolas de samba para o desfile no Sambódromo;
- Garantir a realização de ensaios técnicos gratuitos;
- Determinar que a venda de ingressos seja feita pela internet e em bilheteria fixa localizada no Sambódromo;
- Impedir que ingressos sejam distribuídos a parlamentares, como hoje é feito;
- Exigir da LIESA e da LIERJ relatório detalhado da venda de ingressos para o Sambódromo, que deve ser disponibilizado no portal de transparência da prefeitura;
- Exigir da LIESB relatório com cópias de todos os contratos com empresas que por ventura forem contratadas para a realização do carnaval na Avenida Intendente Magalhães, relatório este que deve ser disponibilizado no portal de transparência da prefeitura;
- Exigir que todas as escolas e agremiações que recebem subvenção pública forneçam à prefeitura um relatório com cópias dos contratos com prestadores de serviços (MEI) e dos contratos de trabalho (via CLT) firmados com trabalhadores, relatório este que deve ser disponibilizado no portal de transparência da prefeitura, respeitando os sigilos fiscais e financeiros individuais;
- Realizar audiências públicas para debater com a sociedade civil os critérios que devem ser utilizados pela prefeitura para a correta gestão dos recursos públicos destinados às agremiações carnavalescas;
- Diminuir a disparidade entre os valores de subvenção entre os grupos, de modo que a verba destinada ao último grupo que desfila na Avenida Intendente Magalhães seja no mínimo a metade do valor que é destinado ao Grupo Especial;

- Garantir que a verba pública destinada ao apoio das escolas de samba (incluindo os grupos que desfilam na Avenida Intendente Magalhães) sejam pagos diretamente às agremiações, estas devendo se responsabilizar pela prestação de contas;
- Planejar medidas que visem à preservação de agremiações tradicionais do carnaval que perderam a força com a crescente mercantilização dos desfiles;
- Ampliar os investimentos nos desfiles das escolas de samba mirins, garantindo a infraestrutura necessária para os desfiles;
- Garantir a concorrência da transmissão televisiva no Carnaval, com o fim da exclusividade na transmissão televisiva e a garantia de que os Canais de Televisão Educativos possam transmitir o evento sem a necessidade de pagar pelos direitos;
- Elaborar um sistema interativo de comunicação para oferecer programas informativos (com aplicativos para celular) que contem a história do carnaval do Rio e expliquem o espetáculo da Sapucaí e da Intendente Magalhães em tempo real;
- Realizar uma ampla reforma do Sambódromo a fim de garantir a acessibilidade de pessoas com deficiência em todos os setores;
- Promover a mudança do local das cabines de rádio e televisão para o setor 6 do Sambódromo, de modo a possibilitar uma visão geral do desfile e maior condições de trabalho para os jornalistas;
- Construir corredor de descolamento no Sambódromo, junto aos camarotes para a imprensa, para a circulação segura de jornalistas credenciados durante os desfiles;
- Realizar um credenciamento mais criterioso dos profissionais da imprensa, submetendo o processo à fiscalização do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do

Rio de Janeiro, evitando conceder credenciais para não jornalistas e prevenido assim a aglomeração dessas pessoas na concentração do desfile;

- Disponibilizar, junto às cabines dos veículos de comunicação, uma cabine para os diversos sindicatos responsáveis pela fiscalização de condições de trabalho no Sambódromo;
- Elaborar regulamentação técnica com parâmetros de segurança dos carros alegóricos;
- Exigir que os carros alegóricos garantam uma visão adequada do lado externo ao motorista responsável pela condução do carro alegórico na concentração e durante o desfile no Sambódromo;
- Tornar obrigatória a realização de testes prévios dos carros alegóricos, com acompanhamento de corpo técnico da Subsecretaria Municipal do Carnaval, a fim de certificar as condições técnicas adequadas ao desfile;
- Investir na capacitação técnica dos seguranças da avenida com atuação no Sambódromo a fim de auxiliar eventual ação do Corpo de Bombeiros;
- Desenvolver Protocolo de Emergência do Sambódromo com medidas específicas a serem tomadas em casos de acidentes, promovendo ampla divulgação de seus termos e capacitação dos integrantes das escolas de samba;
- Determinar que em casos de acidentes graves ocorridos durante o desfile, o mesmo deve ser interrompido até que a segurança de todos esteja garantida.
- Fiscalizar periodicamente as instalações dos barracões a fim de garantir condições de trabalho e preservar a segurança dos trabalhadores contratados pelas escolas de samba;
- Criar pontos de cultura e espaços de memória nas escolas de samba, valorizando a relação das escolas com os bairros do seu entorno;

- Investir em políticas de preservação da infraestrutura das quadras de escolas de samba, aproveitando o espaço físico das escolas como equipamentos culturais dos bairros;
- Integrar a rede de ensino municipal com as escolas de samba, associando disciplinas formais (história, música, artes, língua portuguesa, ciências, etc.) ao universo de múltiplos saberes das agremiações e integrando a política de cultura com a política educacional do município.

SAIDEIRA

Nunca um
carnaval
foi tão
necessário

GREGÓRIO
DUVIVIER

Em 2016, com a economia em recessão e Dilma à beira do impeachment, o Rio teve um carnaval monumental. Quem viveu, se lembra. Quem não se lembra, também pode ter vivido. Quem não gostou nada foi a revista *The Economist*. “O Brasil está festejando no precipício”, reclamavam os gringos, já na manchete. Explicávamos a inutilidade da festa: “o carnaval não oferece trégua nenhuma às mazelas do país”. Imagino os gringos perplexos com a afronta: “it makes no sense!” Talvez achassem que o carnaval devesse ser cancelado por falta de verba e substituído por 4 dias de luto pelo nosso PIB.

A revista pode até entender de crise, mas não entende nada de carnaval. A lógica anglossaxã pensa que festa é um negócio que serve pra comemorar a opulência – à maneira do “thanksgiving”, onde se agradece a Deus pela colheita. Em períodos de penúria, a lógica protestante recomenda a austeridade – que é um sinônimo de parcimônia, que é o antônimo do carnaval.

Se o carnaval servisse pra comemorar a riqueza, não seria tão popular logo por essas bandas – tão habituadas à penúria. Se fosse cancelado em época de crise, ia ter de 4 em 4 anos, e olhe lá. Se o carnaval servisse pra agradecer, não incomodaria tanta gente.

Desde que o carnaval surgiu que tentam proibi-lo. E toda vez que tentam proibi-lo ele ressurge mais forte. Conter o carnaval é como conter as marés ou os proibições – boa sorte pra quem tentar. Nosso prefeito zumbi achou que, cortando a verba das escolas, fosse esvaziar a avenida. Nunca a Sapucaí cantou tão alto e tão forte. Quis acabar com o samba, acabou virando enredo.

Pasteur, o biólogo, não a avenida, desbancou de vez a teoria da “geração espontânea”, mas isso foi porque ele não frequentou o Rio. Houvesse aparecido na Praia Vermelha, perceberia que nosso carnaval de rua, horizontal e anárquico por natureza, brota do chão – a despeito de tudo e todos. Lavoisier, coitado, também se estreparia por aqui. Tudo por

aqui se perde (carteiras, celulares, a linha e a noção) e tudo se cria (marchinhas, paródias, filhos e casos).

O carnaval não nasceu “apesar da crise” mas por causa dela. O carnaval não existe pra esquecer que estamos em crise mas pra lembrar que somos maiores que ela. Não existe pra silenciar mas pra gritar.

A festa não é o oposto da luta, tampouco é complementar à luta – a festa é a própria luta. Não há nada de contraditório nisso. Já na Antiguidade as saturnálias – ancestrais do carnaval – serviam pra bagunçar a ordem vigente, transformando escravos em senhores e vice-versa. Há quem veja blasfêmia em festejar no velório. No meu velório, se não tiver um batuque eu volto pra puxar o pé de cada um de vocês.

Lembro de um cartaz na parada gay: “fervo também é luta”, que ecoa, não por acaso, um lema famoso dos movimentos sociais: “só a luta muda a vida”. Proponho aqui um mash up: “só o ferver muda a vida”.

Nunca um carnaval foi tão necessário. A revolução será fofa, ou ela não será.

Rio de Janeiro
Dezembro de 2018

